




C A P Í T U L O 15

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, PERTENCIMENTO E JUVENTUDE NA PERIFERIA: CAMINHOS DE ACOLHIMENTO E PROJETO DE VIDA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21525151015>

Igor Vinícius do Nascimento Andrade

José Franco de Azevedo

RESUMO: Objetivou-se por meio deste artigo analisar como a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode fortalecer o sentimento de pertencimento de jovens que vivem em territórios periféricos. Partimos de uma revisão de produções recentes no Brasil e de documentos públicos sobre a Rede Federal, conectando três ideias: acesso com permanência na EPT; vínculos de acolhimento na escola; e práticas pedagógicas que aproximam formação, trabalho e projeto de vida. Argumenta-se que políticas de ampliação de vagas e apoio estudantil precisam caminhar junto de ambientes escolares que cuidem do clima da convivência, reconheçam trajetórias diversas e valorizem a autoria juvenil, o que inclui itinerários formativos integrados, projetos de extensão e parcerias com o território. As evidências revisadas sugerem que vínculos positivos com a escola e oportunidades de qualificação técnica favorecem engajamento, aprendizado e transição ao mundo do trabalho, com impactos sobre bem-estar e expectativas de futuro. Ao final, propomos linhas de ação para redes e escolas: mapeamento de barreiras de acesso, políticas de acolhimento com foco em escuta ativa, metodologias de projetos ancoradas em problemas reais e um sistema de acompanhamento que una dados educacionais e ações de apoio psicossocial.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; Pertencimento; Acolhimento; Juventude; Periferia.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) surge como um caminho de inclusão educacional e inserção produtiva em contextos urbanos marcados por desigualdade. O crescimento recente das matrículas e o interesse por cursos técnicos, itinerários

integrados e formações inicial e continuada só se sustentam quando a expansão vem acompanhada de políticas de permanência, tutoria, orientação de carreira e apoio efetivo à aprendizagem. Em territórios periféricos, abrir vaga é só o primeiro passo; garantir frequência, estudo com qualidade e perspectiva de futuro requer ações articuladas que unam assistência estudantil e bons projetos pedagógicos. A literatura recente reforça que a combinação entre acolhimento, repertório técnico atualizado e pontes reais com o trabalho amplia motivação, reduz abandono e dá sentido ao percurso formativo para quem chega com defasagens (Pelissari, 2023).

Na rotina desses bairros, estudantes costumam dividir o dia entre escola, trabalhos temporários e responsabilidades familiares. O ônibus lotado que atrasa, o custo do passe e a falta de espaço adequado para estudo minam a regularidade. Sem uma rede de apoio organizada pela instituição, a prática docente tende a repetir aulas pouco conectadas à vida dos alunos, com uso limitado de laboratório e pouca integração entre componentes, o que desanima e afasta. Onde existe coordenação pedagógica presente, planejamento coletivo e formação em serviço, as sequências didáticas se reorganizam, os problemas do território entram na sala e as atividades ganham foco prático, com impacto direto na participação e no aprendizado. Esse rearranjo depende de apoio institucional e de condições de trabalho que permitam ao professor experimentar, avaliar e ajustar (Pasqualli, 2023).

Os dados educacionais mostram que frequência, rendimento e conclusão variam tanto pelas condições materiais quanto pela qualidade da mediação pedagógica. Alimentação escolar, auxílio transporte, bolsas e acesso à internet pesam no resultado, mas sua força cresce quando a escola monitora trajetórias em ciclos curtos e dispara respostas rápidas: monitorias, reforço de leitura e matemática, plantões de dúvidas, ajustes de horário para quem trabalha. A leitura atenta de indicadores por campus permite identificar quem está em risco e acionar equipes de apoio antes que a ausência se prolongue. Quando esse acompanhamento se articula a um diálogo transparente com famílias e serviços públicos, o vínculo se preserva e o estudo se torna viável, especialmente para juventudes que convivem com restrições de renda e tempo (INEP, 2023).

Há um eixo relacional decisivo nesse processo: sentir-se parte de uma comunidade de aprendizagem. Pertencimento nasce de gestos cotidianos, como ser chamado pelo nome, compreender regras claras, receber devolutivas úteis e participar de decisões sobre projetos e eventos. Rotinas de acolhida no início do período letivo, tutoria entre pares, mediação de conflitos e práticas restaurativas fortalecem confiança e colaboração, o que reduz afastamentos e melhora a disposição para enfrentar conteúdos técnicos e gerais. Na adolescência, quando as emoções oscilam e a pressão por renda cresce, esse cuidado diário vira proteção e se traduz em engajamento e continuidade. Estudos recentes mostram que instituições com escuta

ativa, acompanhamento próximo e ritos de convivência bem definidos conseguem sustentar a motivação mesmo quando a vida fora da escola fica turbulenta (Silva, 2025).

É a partir desse quadro que este artigo se organiza em três movimentos. Primeiro, examinamos acesso e permanência na EPT para juventudes da periferia, com leitura de dados públicos e de estratégias que reduzem a distância entre matrícula e conclusão. Em seguida, discutimos pertencimento e acolhimento como base diária da aprendizagem e como condição para que cada estudante se reconheça como autor do próprio percurso. Na terceira parte, reunimos práticas pedagógicas e parcerias com o território — projetos integradores, estágios supervisionados, extensão, desafios orientados por problemas locais e colaboração com equipamentos públicos, coletivos culturais e pequenos negócios — que ajudam a transformar o curso em experiência com propósito, conectada a trabalho digno e estudo contínuo. A proposta é apontar caminhos acionáveis para redes e escolas, respeitando a realidade de quem estuda, trabalha e projeta o futuro a partir da periferia (Freitas, 2023).

DESENVOLVIMENTO

EPT E JUVENTUDE DA PERIFERIA: ACESSO, PERMANÊNCIA E TRABALHO

A expansão recente da Educação Profissional e Tecnológica elevou matrículas e variedade de cursos, mas ainda há distância entre entrar e concluir. Em áreas periféricas, a rotina de trabalho informal, deslocamentos longos e defasagens em leitura e matemática pesa no desempenho e no ânimo. Quando a escola não oferece apoio acadêmico e social consistente, a interrupção do curso vira risco real. Estudos recentes mapeiam a permanência como ponto sensível e indicam que ações de reforço, tutoria e organização da trajetória precisam acompanhar a oferta de vagas para que o diploma chegue ao fim do ciclo (Santos, 2024).

Mudanças curriculares sucessivas também geram incerteza em estudantes e docentes. Em muitas redes, o planejamento de médio prazo não se estabiliza, o que resulta em rodízio de professores, laboratórios desatualizados e pouca disponibilidade de monitores. A cada alteração, a escola precisa reaprender rotinas, reescrever planos e readequar carga horária, o que confunde quem já lida com transporte difícil e tempo escasso. Sem financiamento contínuo, uma turma nasce, mas não encontra o conjunto de condições para florescer em atividades práticas de qualidade, integradas ao percurso formativo e ao território (Pelissari, 2023).

Apesar das barreiras, o diploma técnico segue visto como uma conquista concreta por jovens da periferia, sobretudo quando abre portas para emprego decente ou para empreender em pequena escala. O que os relatos de campo mostram é que o

valor do curso aumenta quando a prática faz sentido: estágios reais, projetos com problemas do bairro, feiras de solução com parceiros locais, visitas técnicas e mentoria com profissionais. Quando a instituição aproxima equipamentos públicos, coletivos culturais e pequenos negócios, o estudante enxerga utilidade imediata para o que aprende e tende a permanecer até o final (Freitas, 2023).

A orientação de carreira também conta. Mapear interesses, identificar competências já existentes, simular entrevistas, conectar oportunidades de estágio e divulgar trilhas de formação alimenta a motivação e evita trancos no percurso. Experiências de monitoria remunerada ajudam quem está quase parando por necessidade de renda, criando um ciclo em que aprender e apoiar colegas vira parte da rotina. O uso de dados de frequência e rendimento, somado à escuta dos estudantes, permite respostas rápidas quando surgem atrasos por transporte, alimentação ou cuidado de familiares (INEP, 2023).

Outra frente decisiva é reconhecer trajetórias de trabalho anteriores por meio de certificação de competências. Muitos jovens chegam com saberes construídos em oficinas, serviços e comércio local. Programas de formação continuada que partem desse repertório e oferecem itinerários flexíveis ajudam a retomar os estudos sem desconsiderar o que já se sabe fazer. Cursos que tratam de problemas típicos do território, como manutenção de equipamentos comunitários, soluções de energia e pequenos reparos, tendem a elevar autoestima e empregabilidade ao transformar experiência em qualificação formal (MEC, 2022).

O caminho de acesso também merece cuidado. Processos seletivos muito conteudistas penalizam quem teve escolarização irregular, não por falta de potencial, mas por desigualdade de oportunidades. Alternativas como sorteio público, análise de renda, bônus territorial e vagas reservadas para egressos de escolas públicas ajudam a equilibrar o jogo. No ensino médio integrado, políticas de busca ativa e acolhida na primeira quinzena evitam que a desistência ocorra logo no início. Essas medidas funcionam melhor quando vêm acompanhadas de transporte estudantil e de horários compatíveis com quem precisa trabalhar (Zatti, 2023).

Para segurar a permanência, a gestão precisa enxergar a turma com lupa. Painéis simples de acompanhamento, com frequência, notas, participação em atividades e sinais de alerta, permitem acionar monitorias, plantões e contato com a família antes que a ausência se estenda. Em muitos campi, um comitê de permanência com representantes de coordenação, assistência estudantil e professores resolve entraves em prazos curtos. A transparência desses dados com os estudantes, explicada de forma cuidadosa, fortalece o pacto de corresponsabilidade pelo estudo (INEP, 2023).

As desigualdades sociais atravessam gênero, raça e território. Jovens mulheres lidam com acúmulo de tarefas de cuidado, o que exige horários mais elásticos e apoio para quem é mãe. Jovens negros sofrem com discriminações sutis e explícitas no

trajeto e nos ambientes de formação. Escolas que incorporam debates sobre direitos, trabalho e diversidade, e que ampliam a participação estudantil nas decisões do curso, tendem a produzir clima de respeito e reconhecimento. Quando o estudante se sente parte, pedir ajuda fica menos difícil e a evasão perde terreno (Pinheiro, 2021).

A ponte com o mundo do trabalho precisa ser plural. Nem todo estudante seguirá para empregos formais imediatos. Parcerias com serviços públicos, cooperativas, organizações sociais e pequenos negócios do bairro ampliam possibilidades. Programas de aprendizagem, projetos de extensão tecnológica e laboratórios vivos com demandas reais criam repertório e rede de contatos, inclusive para quem pretende abrir um microempreendimento. Essa aproximação também ajuda a atualizar currículos, pois a escola passa a captar mudanças tecnológicas e demandas profissionais com mais rapidez (Pasqualli, 2023).

A infraestrutura didática dá lastro ao que acontece no pátio e na sala. Mesmo quando os equipamentos não são de ponta, a organização de roteiros práticos claros, manutenção preventiva e uso compartilhado de laboratórios elevam a qualidade das experiências. Materiais de baixo custo, kits montados com apoio de parceiros e oficinas itinerantes pelo território ajudam a levar prática para além dos muros. Quando a comunidade enxerga a escola como centro de solução, novos atores se aproximam com ofertas de mentoria, insumos e desafios de aprendizagem autênticos (Freitas, 2023).

Também vale olhar com carinho para leitura e matemática como pilares transversais. Oficinas curtas e frequentes, integradas a projetos, dão mais resultado do que reforços isolados. Em cursos de tecnologia, hospitalidade, construção, saúde, agricultura ou serviços, resolver problemas de cálculo, interpretar instruções técnicas e escrever relatórios simples é o que sustenta a prática. Monitorias entre pares e uso de materiais autorais produzidos pelos próprios docentes criam identidade e afinidade com o curso, reduzindo a sensação de inadequação que empurra muitos a desistir (Pelissari, 2023).

Políticas públicas estáveis fazem diferença. Bolsas de permanência que chegam sem atraso, editais de extensão com critérios claros, transporte estudantil assegurado e alimentação regular criam previsibilidade para quem não pode contar com renda familiar. Em paralelo, currículos com carga horária bem distribuída, avaliação formativa e integração por eixos tecnológicos evitam sobrecarga em meses críticos. Quando as redes assumem esse conjunto como compromisso, os números de frequência, rendimento e conclusão melhoram, e a EPT cumpre seu papel de abrir caminhos de trabalho digno e estudo contínuo para quem vive nas periferias (MEC, 2022).

PERTENCIMENTO E ACOLHIMENTO: VÍNCULOS QUE SUSTENTAM A APRENDIZAGEM

Pertencimento, neste texto, quer dizer sentir-se visto, respeitado e parte de uma comunidade de estudo que reconhece trajetórias diversas. Esse sentimento nasce de práticas simples e constantes: chamar cada estudante pelo nome, explicar combinados de convivência com clareza, dar devolutivas úteis e abrir espaços reais para participação em decisões do curso e de projetos. Em territórios periféricos, onde a escola disputa tempo com trabalho e cuidado familiar, essas atitudes funcionam como âncoras emocionais e organizacionais. O estudante percebe que tem lugar, que sua voz importa e que a rotina da instituição não é um labirinto incompreensível. Quando essa base existe, a motivação cresce e a permanência fica mais viável (Archangelo, 2021).

Clima escolar é o campo onde esse pertencimento se materializa no dia a dia. Rotinas de acolhida, mediação de conflitos, tutoria entre pares e círculos restaurativos ajudam a transformar tensões em aprendizado social e a criar previsibilidade para estudar. Em cursos técnicos, onde as atividades práticas exigem colaboração, um ambiente de respeito torna a operação de laboratórios, visitas técnicas e projetos coletivos mais fluida. A literatura recente mostra que escolas que trabalham intencionalmente as relações de convivência conseguem reduzir afastamentos e sustentar foco da turma por mais tempo, com efeitos diretos no engajamento acadêmico (Silva, 2025).

Participação estudantil é motor de vínculo. Quando grêmios, coletivos de bairro, ONGs e famílias são convidados a cocriar oficinas, mostras e mutirões, a escola passa a circular cultura e inovação que já existem no território. A autoria estudantil aparece em feiras de solução, eventos de protótipos e produções audiovisuais que contam histórias locais. Essa visibilidade pública aumenta a confiança de quem estuda e torna o conhecimento técnico socialmente relevante, conectando profissão, arte, ciência e comunidade. O resultado é mais presença, mais compromisso com prazos e uma percepção de que o curso serve para a vida que está acontecendo agora (Silva, 2025).

Dados públicos recentes reforçam a conexão entre vínculos positivos e aprendizagem. Redes que combinam apoio material, monitoramento de frequência e iniciativas de convivência relatam melhoras em permanência e rendimento. Em especial, experiências que cruzam informação acadêmica com escuta ativa conseguem identificar sinais precoces de risco e intervir sem culpabilizar o estudante. O uso pedagógico dos dados, com transparência e linguagem acessível, fortalece uma cultura de corresponsabilidade, em que cada um sabe como está e o que precisa fazer para avançar, sem perder de vista as condições concretas de vida fora da escola (INEP, 2023).

A saúde mental dos adolescentes entrou no radar com mais força após a pandemia. Tristeza, ansiedade e dificuldade de concentração apareceram com frequência, atravessando a rotina de estudo, trabalho e deslocamentos longos. Em resposta, escolas da EPT que criaram fluxos de acolhimento e parcerias com unidades de saúde e assistência social conseguiram reduzir o peso individual de problemas complexos. Ações como rodas de conversa, oficinas de cuidado, campanhas de prevenção e encaminhamentos pactuados oferecem suporte sem estigmatizar, e ajudam a turma a retomar o ritmo quando crises familiares ou pessoais ameaçam a continuidade (Barros, 2022).

Família e comunidade são peças dessa engrenagem. Muitas mães, pais e responsáveis equilibram jornadas extensas e precisam de canais simples para se informar sobre horários, avaliações e oportunidades do curso. A escola ganha quando organiza encontros curtos, materiais objetivos e comunicação por canais usados no bairro, convidando lideranças locais a explicarem serviços e direitos. Em experiências inclusivas, escutar a perspectiva de cuidadores sobre barreiras cotidianas gerou ajustes práticos de calendário, plantões e transporte, o que removeu pequenos bloqueios que se acumulavam e empurravam estudantes para a desistência silenciosa (Barbosa, 2022).

Acolhimento também se estrutura em ritos e rotinas marcadas no calendário. Primeira semana com visitas guiadas, oficinas de estudo, apresentação da equipe e explicação de regras reduz dúvidas e evita mal-entendidos que viram conflitos. Plantões de orientação de carreira ainda no início do semestre, com mapeamento de interesses e de disponibilidade de tempo, permitem adequar itinerários e propor metas realistas. Para quem chega com defasagens, oficinas de leitura, matemática e escrita técnica integradas a projetos do próprio curso dão mais resultado do que ações isoladas e tardias, pois o conteúdo extra já nasce com uso claro para o estudante (Pasqualli, 2023).

A arquitetura pedagógica do espaço comunica cuidado. Salas arejadas, sinalização compreensível, laboratórios organizados, locais de estudo silenciosos e áreas de convívio com regras simples aumentam a sensação de segurança e pertencimento. Em campi com orçamento apertado, arranjos de baixo custo fazem diferença: cartazes feitos pela turma, kits simples para prática, cantos de leitura, quadros visíveis com rotas de atendimento e horários. Quando o estudante sabe a quem recorrer e onde resolver um problema, a energia não se perde em corredores e filas, e o tempo de aprendizado cresce com menos atrito (Pelissari, 2023).

Pertencimento também se constrói com reconhecimento de desigualdades. Juventudes negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e estudantes com deficiência relatam experiências de invisibilização e discriminação que atravessam o caminho

até o diploma. Projetos pedagógicos que enfrentam esses temas com seriedade, incluindo exemplos e referências plurais nas aulas e pactuando respostas firmes a violências, ampliam o senso de justiça e de proteção. Essa postura se articula com a missão formativa da EPT, que não se limita ao emprego, mas busca formação humana e cidadã, onde cada pessoa importa e pode ensinar e aprender com a trajetória que traz (Zatti, 2023).

No plano das relações entre pares, monitoria e mentoria estudantil valem ouro. Duplas, trios e pequenos grupos que se revezam em explicações breves, com roteiros simples e metas por encontro, funcionam bem quando há mediação leve do professor e planejamento com antecedência. Para muitos, falar diante da turma ainda gera medo; por isso, apoiar apresentações com rubricas claras, tempo controlado e devolutivas orientadas evita constrangimentos. Quando colegas ajudam colegas, a linguagem fica mais próxima e o erro vira oportunidade de ajustar a rota, sem o peso de parecer incapaz (Boff, 2022).

A relação com o território alimenta pertencimento. Projetos que partem de desafios reais do bairro, prototipam soluções em escala pequena e apresentam resultados para a comunidade fazem a escola pulsar como praça de encontro, não só como prédio com salas. Oficinas com coletivos culturais, associações de moradores e serviços públicos aproximam saber técnico de problemas concretos, o que amplia o repertório e gera orgulho do que se produz. A visibilidade do trabalho em mostras e eventos cria memória positiva e dá vontade de seguir estudando, porque o esforço encontra reconhecimento fora do boletim (Freitas, 2023).

Acolhimento também tem dimensão informacional. Muitos desencontros viram conflito por falta de comunicação simples. Guias enxutos com calendário, canais oficiais, regras de avaliação, caminhos de atendimento e direitos de assistência estudantil ajudam a reduzir ruído. Quando a escola divulga dados de maneira acessível e assume compromisso de resposta em prazos curtos, a confiança cresce. Essa clareza diminui a sensação de arbitrariedade e dá base para que os estudantes se organizem em casa e no trabalho, evitando escolhas precipitadas de abandono por mal-entendidos que poderiam ser resolvidos com uma conversa (INEP, 2023).

A gestão do cuidado com quem cuida é parte do acolhimento. Docentes e técnicos também enfrentam sobrecarga e pressões. Investir em planejamento coletivo, formação em serviço e tempos protegidos para estudo e descanso reduz desgaste e melhora a qualidade das interações com a turma. Quando a equipe sente apoio da direção e tem margem para experimentar, avaliar e corrigir, o clima melhora e as relações com os estudantes ganham paciência e presença. Isso repercute em sala, laboratório e corredor, pois a escola inteira se torna ambiente de aprendizagem, e não apenas a hora da aula (Pelissari, 2023).

Políticas públicas estáveis dão sustentação a tudo isso. Bolsas de permanência pagas em dia, transporte estudantil assegurado, alimentação regular, editais de extensão com critérios claros e acompanhamento por indicadores formam um ecossistema de cuidado. Em paralelo, documentos orientadores que valorizam o acolhimento, a participação e a integração com o território comunicam prioridade e orientam a prática na ponta. Quando redes assumem esse pacote como compromisso, escolas ganham previsibilidade para organizar o ano e estudantes conseguem planejar estudo, trabalho e vida familiar com menos sobressaltos (MEC, 2022).

Para fechar este tópico, o recado central é simples e exigente: vínculos não surgem por acaso, são fruto de escolhas diárias de linguagem, postura e organização. Pertencimento e acolhimento não substituem rigor acadêmico, mas o viabilizam, pois cuidam das condições que permitem aprender, errar, refazer e avançar. Em territórios periféricos, onde o tempo curto e a renda apertada testam a rotina, redes e escolas que tratam relações como parte do currículo conseguem transformar matrícula em trajeto formativo com propósito, aproximando juventudes do diploma técnico, do trabalho digno e de projetos de futuro construídos com a comunidade (Santos, 2024).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PARCERIAS NO TERRITÓRIO

Para transformar matrícula em percurso com sentido, a escola técnica precisa acoplar teoria a problemas reais do bairro, traduzindo conteúdos em tarefas que façam diferença na vida das pessoas. Projetos integradores por eixo tecnológico, visitas a equipamentos públicos, desafios com mentoria de profissionais e feiras de solução dão palco para autoria estudantil e constroem uma rede que vai além da sala. O efeito esperado é simples: quando o jovem enxerga utilidade imediata no que aprende, volta na semana seguinte com mais vontade e compromisso com prazos e entregas combinadas (Pasqualli, 2023).

Uma porta de entrada é o projeto de semestre guiado por problemas do território. Em nutrição, pode ser segurança alimentar em creches; em informática, automação de processos em unidades básicas de saúde; em edificações, conforto térmico em moradias; em eletrotécnica, microgeração solar para espaços comunitários. O docente apresenta o desafio, ajuda a recortar metas realistas e organiza checkpoints curtos. A cada entrega, a turma testa protótipos, coleta feedback no local e traz dados para a análise. Ver o resultado acontecendo na rua cria sentido e aumenta confiança (Silva, 2025).

A extensão acadêmica dá corpo a esse movimento ao abrir caminhos de atuação na comunidade. Oficinas, mutirões e eventos coproduzidos com coletivos culturais, associações de moradores e serviços públicos tornam visíveis as competências da turma. Hackathons sociais de um fim de semana são úteis para concentrar energia,

mas o que sustenta é continuidade: acompanhar o que foi proposto, refinar soluções, documentar aprendizados e publicar resultados em mostras abertas no campus. Quando a produção aparece para o bairro, o estudante entende que faz parte de uma comunidade de prática (Silva, 2025).

No bastidor da gestão, dados ajudam a organizar tudo isso. A escola pode acompanhar ingresso, frequência, participação em projetos e conclusão por curso, cruzando indicadores em painéis simples que sirvam ao pedagógico, não só à burocracia. A informação ampara decisões como ajustar carga prática, abrir plantões de apoio, escolher parceiros do bairro e alocar bolsas. Em paralelo, políticas de assistência estudantil — alimentação, passe, auxílios — estabilizam a rotina para quem equilibra estudo e trabalho. Quando o suporte material existe, o projeto caminha sem “trancos” (MEC, 2022).

A rede local de proteção amplia o alcance das ações. Parceria com centros de saúde, CRAS, Conselho Tutelar, equipamentos culturais e secretarias municipais cria um circuito de encaminhamento e de atividades educativas que reduz o peso individual de crises familiares ou de saúde mental. Tudo isso precisa de fluxos transparentes e linguagem acessível, com definição de pontos focais em cada serviço e reuniões curtas de alinhamento. Esse cuidado tira barreiras invisíveis do caminho e evita que pausas virem abandono (Barbosa, 2022).

No desenho didático, vale adotar uma sequência simples e previsível: imersão no problema, estudo dirigido, prática em laboratório, validação no território, documentação, apresentação pública e reflexão final. Cada etapa tem rubricas claras e devolutivas objetivas, para que a turma saiba o que se espera e como melhorar. Funciona bem trabalhar com quadros visuais de progresso por equipe e checklists compartilhados, além de registros fotográficos e breves relatórios técnicos que alimentem um portfólio do curso acessível à comunidade (Pasqualli, 2023).

A avaliação precisa combinar o que o estudante sabe, o que consegue fazer e como comunica o que produziu. Em cursos técnicos, isso se traduz em observar a execução em laboratório, a qualidade do protótipo ou do serviço prestado, a clareza do relatório e a postura em apresentações. Rubricas com critérios objetivos (adequação técnica, segurança, custo, impacto no problema, comunicação) reduzem arbitrariedade e orientam a melhoria a cada ciclo. O foco não é punir erro, e sim usá-lo para ajustar rota em tempo hábil (INEP, 2023).

Parcerias com serviços públicos e pequenos negócios são o miolo do “aprender fazendo”. Convênios de estágio com metas formativas definidas, visitas técnicas com roteiros de observação e mentorias periódicas com profissionais aproximam a escola das demandas reais de trabalho. A cada encontro, a turma colhe dúvidas do parceiro, volta ao campus para estudar, prototipa, retorna para validar e registra o processo. Esse vai-e-vem encurta distância entre teoria e prática, e alimenta o currículo com tendências que chegam pela fala de quem está atuando (Freitas, 2023).

Com orçamento apertado, criatividade pesa. Kits didáticos de baixo custo, uso de sucata tecnológica, softwares livres e laboratórios itinerantes montados em carrinhos resolvem boa parte da prática. É possível montar bancadas modulares que atendem mais de um curso, compartilhar agendas de laboratório entre turmas e reservar janelas fixas de manutenção preventiva. A cada semestre, um inventário simples evita gargalos e paradas longas. Quando a infraestrutura não vira obstáculo, a energia aparece no projeto e no estudo (Pelissari, 2023).

Reconhecer saberes prévios do estudante também acelera a aprendizagem. Muita gente chega com experiência em oficinas, comércio, estética, cozinha, elétrica residencial, costura, reparos. Processos de avaliação e certificação por competência permitem “pular” etapas já dominadas e alocar tempo no que falta. Isso evita frustração e dá respeito a trajetórias reais de trabalho. Em paralelo, microcredenciais para módulos específicos ajudam quem precisa entrar e sair por causa de emprego, sem perder vínculo com a escola (MEC, 2022).

A autoria cresce quando a escola organiza mostras públicas. Feiras de solução, exposições fotográficas do processo, demonstrações em praças e apresentações para conselhos de bairro dão palco para o que foi produzido e abrem conversa com públicos diversos. A visibilidade traz convites para novas parcerias, estágios e até trabalho. O estudante percebe que o conhecimento técnico é linguagem para negociar espaço e futuro na cidade, e carrega esse orgulho para o estudo diário (Silva, 2025).

Inclusão deve atravessar tudo. Adaptações de roteiro, prazos e instrumentos de avaliação, sinalização acessível, leitura fácil e apoio de colegas com tutoria entre pares garantem que todo mundo participe de verdade. Equipes diversas resolvem melhor problemas complexos e leem o território por ângulos diferentes. Para a gestão, isso implica mapear barreiras e combinar com a turma soluções de uso de espaços, tempos e materiais que respeitem necessidades específicas sem isolar ninguém (Barbosa, 2022).

A participação estudantil na governança do curso fortalece compromisso. Assembleias breves por turma, representação em colegiados, presença na escolha de temas de projetos e consulta sobre calendário constroem corresponsabilidade. Quando a escola divide decisões, os combinados fazem sentido e a cobrança vira pactuação, não imposição. Esse hábito de deliberar junto prepara para a vida profissional, que exige negociação, escuta e tomada de decisão com base em dados e limites reais (Archangelo, 2021).

Uma trilha de um semestre pode seguir este roteiro de trabalho, útil para diferentes eixos: semanas 1–2, imersão e definição do problema; semanas 3–4, estudo dirigido e planejamento de testes; semanas 5–8, prototipagem em laboratório e

validação no território; semanas 9–10, ajustes e documentação; semanas 11–12, apresentação pública e devolutiva da comunidade; semanas 13–14, consolidação de relatórios e portfólios; semana 15, reflexão final e avaliação integrada. Essa previsibilidade torna a vida de quem trabalha mais administrável e organiza esforços de docentes e parceiros (INEP, 2023).

Na relação com o mundo do trabalho, convém diversificar portas de entrada. Nem todo caminho passa por emprego formal imediato. Programas de aprendizagem, serviços-escola, cooperativas, incubadoras de pequenos empreendimentos e contratos de prestação de serviços para órgãos públicos oferecem experiências valiosas. O importante é que cada atividade tenha objetivos formativos explícitos e avaliação compartilhada com o parceiro, para que o estágio não vire mão de obra barata sem desenvolvimento de competência (Freitas, 2023).

Comunicação direta com famílias e responsáveis, com calendários simples, canais oficiais, informes curtos e reuniões rápidas em horários viáveis, ajuda a alinhar expectativas; formação em serviço mantém o time docente coeso com planejamento coletivo, observação de aulas e estudo de casos; segurança e ética guiam projetos de campo com consentimento, proteção de dados, EPI e registro de decisões; laboratórios vivos em tecnologia, parcerias na atenção básica em saúde, roteiros de economia criativa e mutirões orientados em construção conectam estudo e território; um portfólio público preserva a memória do curso e dá sequência às soluções; um conselho consultivo local amplia rede, orienta temas e abre portas para estágio e trabalho (MEC, 2022).

CONCLUSÃO

A EPT tem força para ampliar oportunidades quando três frentes caminham juntas: acesso com permanência garantida, relações de acolhimento que sustentem o dia a dia e práticas pedagógicas conectadas a problemas reais do bairro. Sem apoio material e sem vínculos, a matrícula perde fôlego; sem aprendizagem aplicada, o curso não conversa com a vida do estudante. O que emerge do debate é claro: jovens da periferia permanecem e avançam quando a escola os reconhece, oferece caminhos possíveis e transforma conteúdo técnico em ação com propósito.

Do ponto de vista prático, há um pacote de medidas que funciona: mapear barreiras por campus, assegurar alimentação e transporte, abrir monitorias, reforçar leitura, escrita e matemática integradas aos projetos, orientar carreiras desde o início, certificar saberes já trazidos do trabalho, flexibilizar itinerários para quem precisa conciliar emprego e estudo, criar painéis simples de acompanhamento e reagir rápido aos primeiros sinais de risco. Em paralelo, é vital ativar parcerias com serviços públicos, pequenos negócios e coletivos culturais, promover estágios com metas

claras, organizar feiras de solução, manter laboratórios vivos e registrar os resultados em portfólios públicos. Essa engrenagem converte esforço em aprendizado visível, eleva a confiança e amplia a rede de contatos.

Cabe às redes garantir previsibilidade de recursos e às escolas cultivar uma cultura de corresponsabilidade com estudantes e famílias, com comunicação objetiva, participação nas decisões e respeito à diversidade. Quando a gestão protege tempos de planejamento docente, cuida da formação em serviço e dá transparência aos dados, a comunidade escolar enxerga sentido comum e compartilha metas. O horizonte que se desenha é o de percursos formativos que abrem portas para trabalho digno e estudos posteriores, com a escola atuando como parceira do território. É isso que dá sentido à EPT nas periferias: aprender, pertencer e projetar o futuro de mãos dadas com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARCHANGELO, André. Sentimento de pertencimento e desenvolvimento da infância na escola. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jptp/a/PQLkn3PQFchLqg3S44XwGwR/>. Acesso em: 23 out. 2025.

BARBOSA, Nayara Gonçalves. School inclusion of children and adolescents with epidermolysis bullosa: the mothers' perspective. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36541598/>. Acesso em: 23 out. 2025.

BARROS, Marilisa de Azevedo. Mental health of Brazilian adolescents during the COVID-19 pandemic. *Revista de Saúde Pública*, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34977912/>. Acesso em: 23 out. 2025.

BOFF, Daniel Silveira. Participação estudantil e pertencimento escolar no ensino médio. *Revista Quaestio (UNISO)*, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/download/4031/4584/15673>. Acesso em: 23 out. 2025.

FREITAS, Natacha Alves. A educação não escolar na periferia pode ensinar algo à escola? *Revista Brasileira de Educação*, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pvvvqJpcJxWbpMRsRTV38sk/>. Acesso em: 23 out. 2025.

INEP. PISA 2022 – Nota sobre o Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_pt.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

MEC. Cartilha de orientações às redes ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica – Novos Caminhos. Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos/Cartilha_Atualizada_2022/Cartilha_de_orientaes_EPT_20_verso_final_2.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

PASQUALI, Roselaine. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica. Educação & Realidade, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68q/>. Acesso em: 23 out. 2025.

PELLISSARI, Luciana. A reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2016–2021): análises e impactos. Educar em Revista, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGDtYQWrFghf/>. Acesso em: 23 out. 2025.

PINHEIRO, Luiza Reis. A prova social da escolarização entre jovens de escolas públicas nas periferias urbanas. Revista Brasileira de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4XLjM6dRjmZKsQc9SN9J7NQ/>. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, José Victor Pires dos. Percepções de docentes da EPT sobre organização curricular e permanência discente. Educar em Revista, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rHyFf5dSCp8rMqNqYYfWKby/>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Ana Carolina Pereira. Intervenções voltadas ao clima escolar: revisão integrativa. Psicologia USF, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/TSwvF5ygfFphqP8htLZ9FHH/>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Karina Maria de Almeida. Jovens, participação e pertencimento: tecnologias sociais em escola pública. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Jhs9kRH5NNSXzmXLXymGVWb/>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Darine Marie Rodrigues da. Associação entre dinâmica familiar e uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes. Revista Brasileira de Enfermagem, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34287491/>. Acesso em: 23 out. 2025.

ZATTI, Vicente. Educação Profissional e Tecnológica: espaço-tempo de formação humana. Educação & Sociedade, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NwbDjZ6YzK6FFvtgNxpL8RC/>. Acesso em: 23 out. 2025.